


O MERCADO DE TRABALHO PARA O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO PARANÁ – BRASIL

THE JOB MARKET FOR PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONALS IN THE STATE OF PARANÁ, BRAZIL 

EL MERCADO DE TRABAJO PARA EL PROFESIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA EN EL ESTADO DE PARANÁ – BRASIL 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.102787>

 **Rubiane Giovani Fonseca*** <rubianegf@hotmail.com>

 **Jorge Both**** <jorgeboth@yahoo.com.br>

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil.

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil.

Resumo: O objetivo do trabalho foi analisar as características dos profissionais de Educação Física com vínculos formais de emprego no estado do Paraná considerando um período de dez anos. Os dados empregados no estudo foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) dos anos de 2007 e 2017, disponibilizada pelo governo federal brasileiro, para analisar descritivamente informações sobre faixa etária, gênero e remuneração nas diferentes ocupações laborais. Os resultados revelaram que ocorreu a diminuição dos vínculos formais de emprego na faixa etária de 40 a 49, mas a faixa etária de 50 anos ou mais apresentou acréscimo. Quando observados os setores de atuação, constatou-se que as mulheres eram a minoria nos postos de emprego. Os postos de atuação menos valorizados em relação à remuneração representaram mais de 60% dos profissionais inseridos formalmente no mercado de trabalho.

Palavras chave: Trabalho. Educação Física. Emprego. Remuneração.

Recebido em: 08 mai. 2020
Aprovado em: 01 dez. 2020
Publicado em: 18 fev. 2021



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

eISSN: 1982-8918

1 INTRODUÇÃO

A formalização dos vínculos de trabalho é uma das principais preocupações sobre a qualidade e o dinamismo do mercado de trabalho. O pertencimento ao mundo formal é um importante termômetro do crescimento econômico do país. Porém, também reflete as estratégias de manutenção do emprego e sobrevivência no mercado de trabalho, ainda mais se tratando de áreas dependentes dos fluxos econômicos e que lidam diretamente com questões sociais, como a Educação Física. Sendo assim, torna-se fundamental analisar as características dos empregos considerados de melhor qualidade e os impactos no mundo do trabalho para o contingente de profissionais da área (LIMA; ABDAL, 2007).

A despeito das consequências das reformas neoliberais na configuração do trabalho contemporâneo, denunciado por vários autores na Educação Física (QUELHAS, 2020; BERNARDI, MOLINA NETO, 2016; NOZAKY, 2015; GUIMARÃES, MOURA, ANTUNES, 2011), configuramos nossas análises na linha seguida por Larson (2018), interessada nas implicações entre a formação e a divisão do trabalho, como espaços adotados pelas ocupações, para o desenvolvimento do seu *status* profissional e sua profissionalização. O trabalho, nesse sentido, considera a *expertise* exclusiva, adquirida com uma formação especializada e um diploma, como garantias para a oferta de serviços para a sociedade e na negociação com o Estado (FREIDSON, 1998).

Desse modo, buscou-se analisar as relações entre o profissional e sua atuação no mercado de trabalho contemporâneo, com base nas características dos vínculos formais de emprego na Educação Física no estado do Paraná, em dez anos (entre os anos de 2007 e 2017), considerando as diferentes fases dos ciclos de vida, gênero e remuneração, conforme os setores de atuação.

Já é sabido que o conceito de carreira está em transformação na sociedade contemporânea. Até a década de 1990 predominava a carreira tradicional, caracterizada pela estabilidade no emprego, progressão linear e ascendente na escala hierárquica das responsabilidades nas organizações (SENNETT, 2008). Mais recentemente, com a flexibilização das relações de trabalho e modernizações tecnológicas, que facilitaram o acesso a conhecimentos antes exclusivos dos profissionais de carreiras tradicionais, foram sendo substituídas por carreiras mais flexíveis, administradas conforme os valores pessoais e profissionais, multifuncionais e que permitem ao trabalhador atuar em diversos ramos e ter percursos diferentes de suas formações iniciais (SANTOS *et al.*, 2016).

Desse modo, a condição multifuncional das atividades profissionais tornou-se mais sensível às demandas do mercado e substituíram as estruturas com caráter mais rígido e linear nas tarefas laborais. Como consequência, as trajetórias de trabalho caracterizam-se pela mudança constante, pelos compromissos temporários e investimentos de curto prazo pelos trabalhadores, nas tarefas que executam (GIDDENS, 2008). A terceirização do trabalho, a subcontratação de especialistas e não especialistas, a diminuição da dependência a carreira passaram a tomar outros contornos e estimularam a construção da ideia do trabalhador flexível, adaptável, autônomo e dinâmico para atender às novas demandas do mundo do trabalho (NADER; OLIVEIRA, 2007).

Sennet (2008) deu o nome de trabalhador em “flexitempo”. Nesse modelo, o trabalhador controla o seu local de trabalho, mas não consegue adquirir maior controle sobre os processos de trabalho, o qual agora pode acontecer em qualquer lugar, inclusive em casa. Este é um aspecto importante do trabalho flexível, pois conota liberdade para o exercício do trabalho, porém não faz distinção do lugar que ele ocupa na vida do trabalhador, contanto que ele seja capaz de entregar os resultados esperados por suas qualificações (SENNET, 2008). Nessa narrativa, pode-se afirmar que a suposta liberdade no trabalho não é libertadora (GIDDENS, 2008).

É diante do regime flexível do trabalho que a noção de empregabilidade ganha espaço¹. Com as transformações econômicas das últimas décadas, fortes tendências foram atribuídas ao entendimento de empregabilidade e as mais recentes demarcam dois caminhos: por um lado, há o discurso hegemônico orientado à responsabilização do próprio trabalhador pelo desenvolvimento e sucesso em sua carreira. Do outro lado, existe a noção de empregabilidade-interativa, que focaliza as características pessoais (sobretudo as relacionais), as habilidades específicas à ocupação e a atuação no mercado de trabalho em interação com as políticas para a qualificação do trabalhador (NADER; OLIVEIRA, 2007).

Sem dúvida, em ambas as direções empregadas para o entendimento da empregabilidade, o vínculo empregatício está cedendo espaço para novos modelos de relacionamento no trabalho. Os profissionais de Educação Física que atuam no âmbito do esporte de aventura, por exemplo, são identificados como instrutores, professores, guias, orientadores ou monitores (BRASIL; RAMOS; NASCIMENTO, 2019). No âmbito do lazer, por exemplo, os profissionais são identificados como monitores, recreadores e recreacionistas (SANTOS; ISAYAMA, 2019). No contexto das academias também é possível identificar as nomenclaturas de: instrutores, professores, orientadores, *personals* como denominações para o profissional de Educação Física.

Nesse sentido, Salles, Farias e Nascimento (2015) descrevem que tal diversidade de nomenclaturas reflete a ampliação das possibilidades de atuação na Educação Física, em ambientes não tradicionais, tais como hospitais, equipes multidisciplinares, em clínicas de reabilitação e em grupos especiais, como da terceira idade, pessoas com deficiências e também a consolidação da intervenção em contextos habituais, como nas academias de ginástica e nos clubes esportivos. Contudo, a diversidade também representa um desafio para a regulação do trabalho entre profissionais e não profissionais.

No campo do lazer, por exemplo, Santos e Isayama (2019) expõem que a única indicação que se tem para atuação é a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a qual propõe que, para atuar no campo do Lazer, a escolaridade mínima deve ser o ensino médio. Dessa forma, atuam neste campo pessoas sem formação acadêmica e com formação acadêmica em outras áreas, gerando conflitos para o reconhecimento do trabalho profissional especializado.

No campo da saúde, Bueno, Bossle e Fraga (2018) revelaram incongruências na forma de vincular o profissional de Educação Física que atua no SUS, e este fator

1 Sugere-se a leitura do texto de ALBERTO (2005) sobre as origens e os usos da noção de empregabilidade. Segundo a autora, é um conceito encontrado já no início dos anos de 1900 e mais de sete significados foram atribuídos, com base na evolução e conjunturas econômica dos diferentes países que fizeram uso do conceito.

impacta diretamente na atuação do profissional. O uso do termo “profissional” no lugar de “professor” como possibilidade de registro do profissional gerou restrições no número de procedimentos possíveis e a limitação do exercício profissional do licenciado em Educação Física neste contexto.

Desse modo, a regulação do trabalho profissional na Educação Física, tanto articulada pela própria profissão como pelas políticas do trabalho no Brasil, implicam nas condições para o exercício de suas atividades nos diferentes contextos de atuação e, por assim dizer, nas condições para a sua empregabilidade. Passam a serem requisitos profissionais para o acesso ao emprego ser ágil, ser aberto a mudanças e ter a capacidade de assumir riscos continuamente, assim como ter flexibilidade às novas exigências do mercado (HELAL; NEVES; FERNANDES, 2007). Considerando que estas qualificações estão orientadas para o princípio da flexibilidade no cenário de trabalho profissional, torna-se evidente que o sujeito está sendo estimulado a ampliar suas competências para além do que, tradicionalmente, se considerava ser intervenção típica da categoria profissional (VERENGUER, 2012).

Ao considerar esse cenário, Larson (2018) alerta para as transferências da confiança no saber profissional, ao expor que, no passado, os avanços nas funções das profissões representavam a expansão das necessidades sociais e aconteciam, primordialmente, por meio da certificação de nível superior. Nos dias de hoje, a confiança está diluída na expansão do alcance das políticas dos governos e em diferentes fontes de acesso à *expertise* profissional, cada vez mais realocadas longe dos próprios profissionais, por meio de sistemas e máquinas que são alternativas para acessar o conhecimento especializado (SUSSKIND; SUSKIND, 2015).

Ao considerar o cenário descrito, justifica-se a relevância em mapear as características do mercado de trabalho na Educação Física e os esforços em compreender de que maneira as diferentes atividades profissionais estão ocupando os espaços sociais, a quais condições os profissionais se submetem pela empregabilidade e como estão se relacionando com o próprio trabalho.

2 METODOLOGIA

A análise do mercado de trabalho formal dos profissionais de Educação Física paranaense foi estruturada com base em um estudo quantitativo, descritivo-exploratório, com base no banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Destaca-se que estudos quantitativos tendem a analisar um grande volume de dados. Além disso, estudos descritivo-exploratórios buscam relatar o fenômeno investigado, sendo que a ação exploratória ocorre quando se evidencia a falta de estudos sobre o objetivo proposto na literatura científica (THOMAS; NELSON, 2002).

Ressalta-se que a RAIS, instituída pelo governo federal através do Ministério do Trabalho em 1975, é um instrumento de coleta de dados anual sobre o trabalhador, o qual serve de base para a elaboração de políticas e gestão das ações para o trabalho nacional. É uma ferramenta que apresenta informações específicas sobre os campos de atuação, o tipo de vínculo e contrato de trabalho, a remuneração, localidade, entre inúmeros outros indicadores sobre o trabalho, em arquivos .TXT que podem ser acessados publicamente.

Inicialmente, a RAIS foi criada para captar informações sobre a entrada de mão de obra estrangeira ao Brasil e subsidiar o controle da arrecadação e concessão de benefícios do Ministério da Previdência Social. A RAIS, segundo Pena (2007), é um instrumento que abrange todo o território nacional, com cobertura superior a 97% dos estabelecimentos do país. Porém, para este estudo, tomamos o estado do Paraná como referência para discutir as características e transformações dos postos de trabalho em dez anos (2007-2017), na Educação Física. Destarte, em comparação com outros estados, o Paraná se destaca pelo IDH alto (0,749), o que representa relevância na oferta e nas demandas da população em termos de escolaridade, acesso a serviços de saúde, tecnologias e condições para a manutenção e melhorias para a qualidade de vida (PASCHOALINO *et al.* 2017). Nesse cenário que se enquadra o profissional de Educação Física, considerando que, em 2018, havia 46 cursos de formação em Educação Física, aproximadamente 1.500 novos profissionais foram incorporados e distribuídos em prefeituras, postos de saúde, clínicas, clubes recreativos, academias, no segmento esportivo, na indústria, no turismo, em consultorias nas mais diversas áreas, além de diversos estabelecimentos de ensino públicos e privados espalhados pelos 399 municípios paranaenses.

Assim, para coleta de dados foi acessado o *site* do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho, vinculado ao Ministério do Trabalho do Governo Federal do Brasil para extração dos dados. Observa-se que a RAIS utiliza-se da classificação brasileira de ocupações (CBO) como referência metodológica para os registros dos trabalhadores (PENA, 2007). Desde 2002 a CBO está organizada com base nas famílias ocupacionais, as quais estão distribuídas em quatro grupos hierárquicos: o grande grupo ocupacional, com nove grandes grupos; o subgrupo principal dividido por 44 subgrupos; o subgrupo ocupacional com 184 subgrupos; e a família ocupacional com o total de 5854 famílias (BRASIL, 2002). O Profissional de Educação Física pertence ao grande grupo 2, dos profissionais das ciências e das artes; o subgrupo principal 22 dos Profissionais das Ciências Biológicas, da Saúde e Afins; subgrupo ocupacional 224 dos Profissionais da Educação Física e da família ocupacional 2241, que leva o mesmo nome. Os Professores de Educação Física estão classificados no mesmo grande grupo ocupacional 2, dos Profissionais das Ciências e das Artes, porém no subgrupo principal 23 dos profissionais do ensino e subgrupos das famílias ocupacionais 231 (professores de nível superior na educação infantil), 232 (professores do ensino médio) e 234 (professores do ensino superior). Ambas as classificações dos subgrupos foram consideradas para esta pesquisa. Destaca-se que a pesquisa utilizou o *software* SPSS 20.0 tanto para a extração quanto para o tratamento dos dados sobre os profissionais de Educação Física no Paraná.

Para a análise dos dados empregou-se a estatística descritiva pelo fato do grande número de informações coletadas pela RAIS nos anos de 2007 e 2017. Assim, os resultados foram apresentados por meio da frequência absoluta (n) e relativa (%). As variáveis que foram cruzadas com os anos bases da coleta de dados empregados nesse estudo e os tipos de ocupação dos Profissionais de Educação Física foram: faixa etária, sexo e faixa salarial de rendimentos.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados demonstraram um cenário importante de crescimento no número de profissionais inseridos no mercado de trabalho com vínculos formalizados (Tabela 1). Dados sobre os profissionais no estado do Paraná de 2007 evidenciaram que o contingente de trabalhadores formalizados na Educação Física era de 8393 pessoas. Após dez anos observou-se o crescimento em 76% no contingente, ou seja, havia 14794 profissionais com emprego formalizado.

Tabela 1 - Profissionais de Educação Física distribuídos por faixa etária nos anos de 2007 e 2017

Faixa Etária	2007		2017		Crescimento
	n	%	n	%	
Até 29 anos	1636	19%	3067	21%	87%
30 a 39 anos	2741	33%	5043	34%	84%
40 a 49 anos	2940	35%	3738	25%	27%
50 anos ou +	1067	13%	2946	20%	176%
Total	8393	100%	14794	100%	76%

Fonte: Organizados pelos autores com base na RAIS de 2007 e 2017

Após os 40 anos de idade, observou-se que existiu gradativa diminuição do número de profissionais com vínculo formal (apenas 27% dos profissionais nesta faixa etária no período de dez anos), de forma que a faixa entre 40-49 anos parece ser o momento crucial para a continuidade ou transição na carreira. Inúmeros motivos podem estar associados à baixa proporção de profissionais na faixa dos 40 anos de idade: transição na condição de funcionário para a de proprietário de estabelecimentos; o desenvolvimento de serviços autônomos, sem o vínculo formalizado, não mapeada pela RAIS; dificuldades do envolvimento profissional com atividades práticas devido ao desgaste físico (MENDES; AZEVEDO, 2014); orientação do próprio mercado, na seleção de profissionais mais jovens para ocupar as vagas de empregos no campo das práticas corporais (GUIMARÃES; MOURA; ANTUNES, 2011), entre outros fatores. No estudo de Mendes e Azevedo (2014), gostar da prática de atividade física (36,9%) seguido da realização pessoal (26,1%) são os principais fatores para a escolha pela profissão. Contudo, a baixa remuneração e a desvalorização profissional são os fatores mais fortes para a desistência de prosseguir na profissão. Portanto, combinados aos achados em outros estudos, os dados indicam que os profissionais investem na carreira, primordialmente, até a faixa dos 40 anos de idade, período relacionado ao ápice das capacidades físicas, utilizadas como chamariz para a oferta de serviços (GUIMARÃES; MOURA; ANTUNES, 2011).

Para verificar quais as atividades de maior investimento e presença dos profissionais no mercado de trabalho, os dados foram organizados por setores de atuação e por atividades classificadas pela RAIS, que são consideradas exclusivas dos profissionais de Educação Física. Os resultados indicam a organização dos empregos formais em oito tipos de ocupações, das quais três referem-se ao exercício profissional no ensino fundamental, médio e superior. As outras atividades profissionais representam áreas no campo esportivo e do treinamento físico. Os dados foram organizados na Tabela 2, por setor de atuação, considerando a faixa etária, o sexo e a faixa salarial.

Tabela 2 - Relação entre ocupação laboral e faixa etária, sexo e faixa salarial dos profissionais de Educação Física em 2007 e 2017.

Empregos Formais	Preparador de Atletas		Avaliador Físico		Treinador de Futebol		Preparador Físico		Treinador de Esportes (Exceto Futebol)		Professor de Educação Física – Ensino Superior		Professor de Educação Física – Ensino Fundamental		Professor de Educação Física – Ensino Médio		Total	
	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)	2007 n(%)	2017 n(%)
Até 29 anos	36 (2,2)	64 (2,1)	55 (3,4)	175 (5,7)	34 (2,1)	25 (0,8)	247 (15,1)	948 (30,9)	180 (11,0)	228 (7,4)	207 (12,7)	213 (6,9)	490 (30,0)	1032 (33,6)	387 (23,7)	382 (12,5)	1636 (19)	3067 (21)
30 a 39 anos	30 (1,1)	81 (1,6)	23 (0,8)	177 (3,5)	31 (1,1)	89 (1,8)	140 (5,1)	805 (16,0)	211 (7,7)	479 (9,5)	286 (10,4)	268 (5,3)	540 (19,7)	1727 (34,2)	1480 (54,0)	1417 (28,1)	2741 (33)	5043 (34)
40 a 49 anos	10 (0,3)	35 (0,9)	10 (0,3)	36 (1,0)	30 (1,0)	39 (1,0)	34 (1,2)	207 (5,5)	126 (4,3)	245 (6,6)	177 (6,0)	128 (3,4)	335 (11,4)	889 (23,8)	2218 (75,4)	2159 (57,8)	2940 (35)	3738 (25)
50 anos ou +	-	21 (0,7)	-	4 (0,1)	10 (0,9)	38 (1,3)	2 (0,2)	48 (1,6)	44 (4,1)	149 (5,1)	70 (6,6)	104 (3,5)	79 (7,4)	433 (14,7)	862 (80,8)	2149 (72,9)	1067 (13)	2946 (20)
Masculino	40 (52,6)	140 (69,7)	43 (48,9)	213 (54,3)	88 (83,8)	119 (62,3)	236 (55,8)	1166 (58,1)	338 (60,2)	683 (62)	417 (56,4)	398 (55,%)	602 (41,7)	1812 (44,4%)	2201 (44,5)	2802 (45,9)	396 (47,3)	7333 (49,6)
Feminino	36 (47,4)	61 (30,3)	45 (51,1)	179 (45,7)	17 (16,2)	72 (37,7)	187 (44,2)	842 (41,9)	223 (39,8)	418 (38)	323 (43,6)	315 (44,2)	842 (58,3)	2269 (55,6%)	2746 (55,5)	3302 (54,1)	4419 (52,7)	7461 (50,4)
Até 2 SM	26 (34,7)	37 (18,4)	47 (57,3)	164 (41,%)	18 (17,3)	25 (13)	264 (64,4)	917 (45,7)	131 (23,7)	211 (19,1)	276 (38,5)	210 (29,4)	552 (38,6)	1209 (29,6)	479 (9,7)	445 (7,2)	1793 (21,6)	3218 (21,8)
2 a 4 SM	36 (48,0)	69 (34,3)	33 (40,2)	177 (45%)	57 (54,8)	57 (29,8)	122 (29,8)	876 (43,7)	181 (32,7)	299 (27,1)	146 (20,4)	219 (30,7)	487 (34,1)	1848 (45)	2389 (48,5)	975 (15,9)	3451 (41,6)	4520 (30,6)
4 a 6 SM	9 (12,0)	5 (25,8)	1 (1,2)	35 (9%)	16 (15,4)	72 (37,6)	16 (3,9)	123 (6,1)	158 (28,6)	296 (26,8)	117 (16,3)	66 (9,2)	278 (19,5)	683 (16,7)	1555 (31,6)	2410 (39,4)	2150 (25,9)	3737 (25,3)
7 SM +	4 (5,3)	43 (21,3)	1 (1,2)	16 (4%)	13 (12,5)	37 (19,3)	8 (2,0)	92 (4,5)	83 (15,0)	295 (26,7)	177 (24,7)	218 (30,5)	112 (7,8)	341 (8,3)	505 (10,2)	2277 (37,2)	903 (10,9)	3319 (22,3)
Total	76 (0,9)	201 (1,4)	88 (1,0)	392 (2,6)	105 (1,3)	191 (1,3)	432 (5,0)	2008 (13,6)	561 (6,7)	1101 (7,4)	740 (8,8)	713 (4,8)	1444 (17,2)	4081 (27,6)	4947 (59,0)	6107 (41,3)	8393 (100)	14794 (100)

Legenda: SM: Salário Mínimo; Salário Mínimo no Brasil em 2007 era R\$ 380,00; Salário Mínimo no Brasil em 2017 era R\$ 937,00

Fonte: Dados organizados pelos autores com base na RAIS de 2007 e 2017

Em 2007 o ensino médio representava 59% dos profissionais empregados e os do ensino fundamental representavam 17%. Juntos, mais de 76% dos empregos formais da Educação Física estavam concentrado na educação básica. Em 2017, registramos sensível diminuição de profissionais vinculados ao ensino médio (41,3%) e aumento de professores no ensino fundamental (27,6%), o que pode estar relacionado à maior conscientização da importância dos professores de Educação Física na educação infantil (BRANDL; BRANDL NETO, 2015), bem como a extensão da matrícula na educação básica a partir dos quatro anos de idade (BRASIL, 2013).

Estudo realizado por Salles, Farias e Nascimento (2015) com egressos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física identificou que a maioria dos licenciados prefere a atuação em ambientes externos à escola, devido à amplitude de possibilidades de atuação. Entretanto, percebe-se que ao mapear os profissionais com dados panorâmicos, os setores formais de ensino abrigam o maior contingente de profissionais. Em 2007, mais de 75% dos profissionais que estavam na faixa etária entre 40 e 49 anos e mais de 80% dos profissionais acima de 50 anos estavam inseridos nas escolas de ensino médio. Por outro lado, em 2017 os profissionais na faixa dos 40 a 49 anos representavam 57,8% e aqueles acima de 50 anos representavam 72,9%. Considerando a existência de outros sete setores de atuação para a Educação Física, a proporção de professores no ensino médio é a mais expressiva, representando 59% do total dos profissionais em todas as faixas de idade em 2007 e 41% em 2017.

No contexto do ensino superior, constatou-se que ao longo dos dez anos investigados ocorreu a diminuição de professores com vínculos formais. Locatelli (2017), em um levantamento comparativo, identificou que em dez anos houve redução do número de professores em universidades e aumento em faculdades e centros universitários, em sua maioria de iniciativa privada. Portanto, o fator que pode estar vinculado ao número decrescente de vínculos formais em dez anos pode ser condicionado aos serviços transitórios e temporário de professores, tanto no contexto do ensino público como no ensino privado (MARTINS *et al.*, 2009). De fato, recentemente Bernardo (2020) denunciou a precarização das relações de trabalho no ensino superior paranaense, sendo que entre os anos de 2002 e 2017 foi identificado o crescimento de 38% do contingente de professores efetivos, enquanto os temporários cresceram 235,9% no mesmo período, o que revelou o aumento da contratação flexível pelo governo do Paraná.

Fora dos segmentos vinculados ao ensino formal, temos os preparadores físicos, categoria que engloba instrutores, *personals*, treinadores do contexto de academias e no âmbito da saúde. Nesse segmento havia apenas 5% de profissionais formalizados em 2007 e 13% em 2017. Grande parte dos profissionais vinculados à preparação física é jovem, concentrados na faixa até 29 anos de idade (30,9%). Os profissionais acima de 50 anos de idade representavam apenas 1,6% dos preparadores físicos, setor comumente ocupado por trabalhadores de academias e centros de treinamento, tais como clubes e espaços de lazer. A jovialidade do contingente profissional havia sido apontada por Proni (2010) em dados da RAIS de 2006, em que mais de 60,1% dos profissionais de Educação Física estavam na faixa dos 25-40 anos de idade. Além disso, dados levantados por Fonseca e Souza Neto (2020), com base na RAIS de 2014, indicaram a média de 34,7 anos de idade em 14 estados selecionados.

O movimento de retração em postos de trabalho aos 40 anos parece indicar alguns fatores que precisam ser considerados. Profissionais jovens estão mais propensos às condições flexíveis nas relações de trabalho em comparação aos profissionais mais experientes (SENNET, 2008). As condições de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho são denunciadas nos estudos de Mendes e Azevedo (2014), onde 73% dos profissionais trabalhavam aos finais de semana e apenas 45% desfrutavam de uma folga semanal. Dos profissionais investigados, 90% eram remunerados por hora-aula, com diferenças nos valores para cada modalidade. Espírito-Santo e Mourão (2006), ao investigar profissionais atuantes em mega academias de ginástica do Rio de Janeiro, identificaram a função laboral “*personal trainer*” como a principal atividade profissional, combinada à atuação em atividades de sala (*Spinning*, ginástica, *jump*, entre outras). No conjunto das atividades desenvolvidas, os profissionais atuavam em média 50 horas por semana, como condição para atingir a remuneração satisfatória para permanência na carreira.

Outra informação interessante no cenário profissional é o relativo equilíbrio entre homens e mulheres nos postos de trabalho. Com o crescimento do contingente de profissionais inseridos no mercado de trabalho em dez anos, a ampliação do volume de empregos foi acompanhada pela presença mais equilibrada entre homens e mulheres no contexto das práticas corporais, porém ainda muito vagarosa e distante da igualdade. As diferenças tornam-se aparentes quando observamos a participação feminina nos diferentes setores de atuação na Educação Física.

Os setores com a maior concentração de profissionais mulheres são no ensino fundamental, ensino médio e na avaliação física. Nos três setores, a maioria feminina foi predominante em 2007. No ano de 2017 apenas no ensino fundamental e médio a maioria são mulheres. Os preparadores de atletas, preparadores físicos e treinador de esportes foram setores que incorporaram mais homens ao longo dos dez anos. Apenas no ensino superior e no setor treinador de futebol constatou-se o crescimento da presença feminina nos empregos formalizados, porém, ainda muito distante de oportunidades igualitárias.

Esses dados corroboram o levantamento de Caron *et al.* (2015) nas secretarias dos 399 municípios do Paraná, onde apenas 15% dos cargos eram ocupadas por secretárias; apenas 4% das mulheres ocupavam cargos de presidência em Federações Esportivas; 36% dos coordenadores de cursos de graduação em Educação Física eram do sexo feminino e 42% dos filiados ao Conselho Regional de Educação Física do Paraná em 2015 eram mulheres. Desse modo, os autores apontaram que ainda há uma condição marginal na presença das mulheres em vários setores de poder vinculados à Educação Física e ao campo do esporte no estado do Paraná.

Rubio e Simões (1999) discutiram a presença feminina no mundo do esporte e apontaram que a forte representação masculina, historicamente talhada por valores como força, resistência, vigor, direcionou para a mulher a visão de invasora do espaço masculino. Além disso, os resultados frente à prevalência das mulheres na educação básica reforçam ainda mais a feminização da profissão docente (VIANNA, 2013). Mincato, Dornelles Filho, Soares (2013) explicam que a identidade feminina esteve historicamente vinculada às atividades domésticas, educacionais e assistências nos

seios familiares. A partir do influxo de mulheres no mundo do trabalho, as ocupações com maior envolvimento emocional e cuidado social, tais como o magistério, a enfermagem, a assistência social, o trabalho doméstico, passam a ser classificadas como femininas. Desse modo, as barreiras para ascender na carreira – o chamado “teto de vidro” (ROMARIZ; VOTRE; MOURÃO, 2012) – e o fato de as mulheres atuarem em menor número em áreas tradicionalmente ligadas à figura masculina são evidências de exclusão social pelo gênero (BARROS; MOURÃO, 2018).

A remuneração é considerada um indicador concreto do reconhecimento do trabalho e do retorno aos investimentos empregados pelo profissional ao longo de sua formação (OLIVEIRA; CRIVELLARI, 2011). Por este motivo, analisou-se a remuneração média dos profissionais nas diferentes atividades ocupacionais. Os resultados evidenciaram que, em 2007, 42% dos profissionais com vínculos formais na Educação Física recebiam em média de 2 a 4 salários mínimos, 26% dos profissionais recebiam de 4 a 6 salários, e 21% recebiam até dois salários mínimos. Apenas 11% recebiam mais de 7 salários mínimos. Dez anos depois, constatou-se que os profissionais passaram a agregar valor às atividades desenvolvidas no mercado de trabalho. Assim, observou-se a diminuição de profissionais na faixa salarial de 2 até 4 salários mínimos (de 42% em 2007, para 31% em 2017), e constatou-se maior número de profissionais enquadrados na faixa salarial acima dos 7 salários mínimos.

Ao considerar as atividades profissionais entre os anos de 2007 e 2017, observou-se que todas as ocupações registraram maior número de profissionais que recebiam acima de 7 salários mínimos. Em especial, destaca-se a atenção para os casos dos professores do ensino médio (10% em 2007 e 37% em 2017), os treinadores de esporte que não eram vinculados ao futebol, (15% em 2007 e 27% em 2017), os preparadores de atletas (5% em 2007 e 21% em 2017).

O setor dos preparadores físicos, o qual concentra os profissionais de academias, lazer e saúde, apresentou o maior volume de profissionais com a faixa salarial mais baixa. Em 2007 havia 64,4% dos profissionais com o registro de até 2 salários mínimos nesta atividade e 29,8% que recebiam entre 2 a 4 salários. Em 2017 a proporção era de 45,7% dos profissionais para até 2 salários mínimos e 43,7% para aqueles que recebiam entre 2 a 4 salários mínimos. No caso dos preparadores físicos, em dez anos pode-se constatar que os profissionais conseguiram avançar na faixa de remuneração. Porém, quase 90% do setor estava enquadrado com um teto remuneratório de até 4 salários mínimos.

Outra atividade com maior concentração de profissionais com salários mais baixos é dos professores do ensino fundamental. Em 2007, grande parte dos professores (72,7%) recebia até 4 salários mínimos. Em 2017, apesar dos dados terem sofrido pouca alteração (74,6%), boa parte dos professores se enquadrava na faixa entre 2 a 4 salários mínimos (45%). Juntos, os professores do ensino fundamental e os preparadores físicos paranaenses representavam em 2017 o montante de 66% dos profissionais com remuneração de até 2 salários mínimos.

Apesar dos profissionais buscarem maior valorização e prestígio em seu trabalho, as condições precárias não contribuem para o desenvolvimento dos serviços profissionais de forma colegiada. Mas condicionam algumas atividades profissionais

com o *status* de menos valorizadas, ao tecnicismo, precarização das condições e gradativa desmotivação para a continuidade em longo prazo nestas atividades profissionais (PRONI, 2015).

No caso do ensino superior, apesar do ter havido o aumento da proporção de professores com remuneração acima de 7 salários mínimos, de 24,7% em 2007, para 30,5% em 2017, o qual foi oportunizado pela expansão da pós-graduação em Educação Física no Brasil (BRASIL, 2017), a proporção de professores que recebiam na faixa dos 2 a 4 salários mínimos saltou de 20,4% para 30,7%, e ocorreu a diminuição daqueles que ganhavam entre 4 e 6 salários mínimos. Desta forma, apesar do tímido aumento de quase 5% no número de professores com maior faixa salarial, observa-se a diminuição do número de vínculos formais no estado do Paraná e a desvalorização do trabalho docente no ensino superior, como consequência do caráter flexivo atual do trabalho (BERNARDO, 2020).

Teixeira, Sampaio e Braz (2010) revelam que a docência parece ter atingido um nível de saturação. Ao investigarem a inserção dos professores de Educação Física no ensino básico e fundamental de Portugal, os autores identificaram elevado número de professores licenciados não inseridos no mercado de trabalho entre os anos de 2004 e 2006. A cada cinco candidatos, quatro foram recusados nos concursos nacionais. A existência de excedente profissional, o padrão flexivo na regulação do trabalho e a precariedade das condições de vida são ingredientes presentes no mercado de trabalho brasileiro (KREIN; CASTRO, 2015; BERNARDO, 2020) e que induzem mudanças nas bases das atividades ocupacionais das profissões.

Tais dinâmicas nas relações de trabalho levam ao pluriemprego, sendo que a busca pelo segundo emprego está, normalmente, associada ao aumento da renda. De fato, o pluriemprego é presente no contexto do profissional de Educação Física, sendo que é mais comum entre homens, com idade superior a 30 anos, com mais de dez anos de atuação no mercado e pós-graduados, sendo que a maioria dos profissionais possui contratos temporários (IZQUIERDO; RIVERA, 2010; GUEDES; GASPAS, 2016). Entretanto, profissionais de Educação Física relataram que a atuação no emprego secundário é mais relevante que a do vínculo empregatício principal (BATILLANI, 2018), embora o pluriemprego seja uma característica que pode colaborar para o surgimento do *burnout* (GUEDES; GASPAS, 2016).

Quando uma atividade profissional parece menos vantajosa e parece valorizar menos o esforço do profissional, com baixa remuneração e precárias relações de trabalho, o investimento do profissional com as questões sobre a sua profissão fica comprometido. Desse modo, a preocupação do profissional volta-se mais para a sua capacidade em se manter ativo no flexível mercado de trabalho, do que dedicar-se a um projeto consistente e duradouro para atender as demandas da sociedade (LARSON, 2018). A noção de empregabilidade torna-se mais forte do que a noção de carreira. O perigo nesta inversão de valores nas relações de trabalho pode estar refletido em processos de formação instrumentalistas voltados para atender os parâmetros da empregabilidade e não da formação para o profissionalismo, preocupado com o papel social da profissão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi apresentar dados sobre as características dos empregos ocupados por profissionais de Educação Física no estado do Paraná, considerando dados oficiais do governo federal disponibilizados pela RAIS informados nos anos de 2007 a 2017. Tais informações possibilitaram descrever a trajetória do profissional de Educação Física ao longo de dez anos. Tal estratégia contribuiu com uma perspectiva mediada pela noção de trabalho como movimento, de espaços ocupados por profissionais que transitam por diferentes setores de atuação, em diferentes momentos dos ciclos vitais e em diversos níveis de valorização sobre o seu trabalho.

São vários os motivos que levam os profissionais a transitarem por diferentes atividades profissionais: o sentimento de estar desempenhando um papel social relevante; o reconhecimento por parte do público e por meio de atrativos materiais e simbólicos, como remuneração ou o senso de exclusividade nas tarefas que exercem que muitas vezes vão além das qualificações técnicas (SUSSKIND; SUSSKIND, 2015).

É importante discutir sobre as condições de desigualdades entre setores de atuação, dentro da própria profissão, pelo fato de que todos os profissionais, homens e mulheres, passaram pelas mesmas bases formativas e de regulação profissional. Assim, é importante pensar com mais frequência sobre as condições pelas quais os profissionais de Educação Física têm enfrentado para sustentar o *status* de sua empregabilidade ao longo da carreira. São raros os estudos de panorama que se apoiam em dados oficiais e que buscam discutir a profissão pela perspectiva do profissional e a sua relação com trabalho.

Diante dos fatores objetivos e subjetivos expostos neste estudo, constatou-se que não são apenas condicionantes externos ao trabalho, tais como a dinâmica do mercado, a remuneração, a quantidade de oportunidades de emprego ou a natureza da formação profissional, mas também devem ser considerados os aspectos socioculturais que influenciam o projeto de carreira e os diferentes papéis dentro da profissão. Como consequência, é preciso ampliar ações por parte das instituições de formação e de representação profissional, que incentive o maior engajamento e participação dos profissionais nas questões afetas ao seu cotidiano de trabalho, fortemente marcadas por desigualdades, preconceitos, precarizações e baixa autonomia profissional.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria Angélica. A noção de empregabilidade: origens e usos. **Trabalho e Educação**, v.4, n.2, p.149-162, 2005.

BATILLANI, Tiago Garcia. **Bem-estar dos profissionais de educação física que exercem pluriemprego**. 2018. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Esporte, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v.30, e174090, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>

BERNARDI, Guilherme Bardemaker; MOLINA NETO, Vicente. Implicações da proletarização do trabalho docente na educação física escolar. **Pensar a Prática**, v.19, n.2, p.339-349, 2016.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná**. 2020. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BRANDL, Carmem Elisa Henn; BRANDL NETO, Inácio. A importância do professor de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v.13, n.2, p.97-106, 2015.

BRASIL. **Lei n.12.796, de 4 de abril de 2013**: altera a Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações. CBO 2002**. Brasília, Ministério do Trabalho, 2002. Disponível em: www.mteco.gov.br. Acesso em: 1º. ago. 2019.

BRASIL, Vinicius Zeilmann; RAMOS, Valmor; NASCIMENTO, Juarez Vieira do. Intervenção profissional nos esportes de aventura: uma perspectiva conceitual à formação e à investigação. **Movimento**, v.25, p.e25005, 2019.

BUENO, Alessandra Xavier; BOSSLE, Cibele Biehl; FRAGA, Alex Branco. A classificação brasileira de ocupações do profissional de Educação Física no SUS: da incompatibilidade à provisoriedade nos Serviços públicos de saúde. **Pensar a Prática**, v.21, n.2, p.409-417, 2018.

CARON, Ana Elisa Guginski; PEREIRA, Claudia Moraes e Silva; REIS, Fernanda Jantsch; AGUIAR, Márcia Simoni. A mulher e o poder na estrutura esportiva do Estado do Paraná - Brasil. **Revista da ALESDE**, v.6, n.2, p.1-14, 2015.

ESPÍRITO-SANTO, Giannina do; MOURÃO, Ludmila. A auto-representação da saúde dos professores de Educação Física de academias. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.27, n.3, p.39-55, 2006.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**. São Paulo: EDUSP, 1998.

FONSECA, Rubiane Giovani; SOUZA NETO, Samuel de. Educação Física, profissionalização e mercado de trabalho: uma análise sobre o projeto profissional. **Movimento (Porto Alegre)**, v.26, e26024, 2020.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GUEDES, Dartagnan; GASPAR, Eron. "Burnout" em uma amostra de profissionais de educação física brasileiros. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.30, n.4, p.999-1010, 2016.

GUIMARÃES, José Carlos de Moraes; MOURA, Diego Luz; ANTUNES, Marcelo Moreira. Quando a beleza põe a mesa: uma análise das condições de trabalho do profissional de educação física em mega-academias. **Motrivivência**, n.36, p.197-213, 2011.

HELAL, Diogo Henrique. NEVES, Jorge Alexandre. FERNANDES, Danielle Cireno. Empregabilidade gerencial no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea Eletrônica**, v.1, n.2, p.1-19, 2007.

IZQUIERDO, Antonio Campos; RIVERA, María Dolores González. El perfil laboral de los licenciados en ciencias de la actividad física y del deporte en la Comunidad Valenciana, España. **Conexões**, v.8, n.2, p.1-18, 2010.

KREIN, José Dari; CASTRO, Bárbara. As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. **Análise**, n.6, 2015. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2016/06/TD_FES_Dari.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

LARSON, M. S. Professions today: self-criticism and reflections for the future. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.88, p.27-42, 2018.

LIMA, Márcia; ABDAL, Alexandre. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. **Sociologias**, v.9, n.7, p.216-238, 2007.

LOCATELLI, Cleomar. Os professores no ensino superior brasileiro: transformações do trabalho docente na última década. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.98, n.248, p.77-93, 2017.

MARTINS, Maria da Conceição; DAMASCENO, Ana Daniella; SOBRAL, Karine Martins; Silva Elisângela André da; SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da. Professores temporários: uma nova perspectiva para o mercado da educação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. p. 7662-7675.

MENDES, Alessandra Dias; AZEVEDO, Paulo Henrique. O trabalho e a saúde do educador físico em academias: uma contradição no cerne da profissão. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.28, n.4, p.599-615, 2014.

MINCATO, Ramone; DORNELLES FILHO, Adalberto A. SOARES, Lodonha, M.P. C. Desigualdades de gênero: disparidade salarial e segregação ocupacional. *In*: ENCONTRO SOBRE OS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO NORDESTE DO RS, 12., 2013, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: [s.n.], 2013. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/TEC_09_XII_EAESRNE_Desigualdade_de_genero.pdf Acesso em: 13 dez. 2020

NADER, Fernanda Milne-Jones; OLIVEIRA, Lúcia Barbosa. Empregabilidade: uma análise histórica e crítica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/GPR-B1664.pdf Acesso em: 13 dez. 2020

NOZAKY, Hajime Takeuchi. Trabalho e educação na atualidade: mediações com a Educação Física brasileira. **Educação**, v.40, n.1. p.183-200, 2015.

OLIVEIRA, Jasmária Lima Ribeiro; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Emprego, estabilidade e carreira do bibliotecário brasileiro: análise de dados da RAIS e RAIS Migra nos anos de 1985 a 2009. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 12., 2011. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1773> Acesso em: 22 dez.2020

PASCHOALINO, Pietro André Telatin; BERNARDELLI, Luan Vinicius; SANTOS, Luiz Guilherme de Oliveira; PARRÉ, José Luiz. Comportamento do mercado de trabalho no Paraná: uma análise espacial das concentrações por escolaridade. **Espacios**, v.38, n.41, p.27, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n41/a17v38n41p27.pdf> Acesso em: 22 dez. 2020.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil**: um estudo a partir da RAIS/TEM, 1985 a 2005. 2007. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **Economia e Sociedade**, v.22, n.3, p.825-854, 2015.

PRONI, Marcelo W. Universidade, profissão Educação Física e o mercado de trabalho. **Motriz**, v.16 n.3, p.788-798, 2010.

QUELHAS, Alvaro de Azeredo. A proletarização da educação física brasileira no pós-fordismo. In: SOARES, Marta Genú; ATHAYDE, Pedro; LARA, Larissa (org). **Formação profissional e mundo do trabalho**. Natal: EDUFRN, 2020. p. 65-78.

ROMARIZ, Sandra Bellas; VOTRE, Sebastião Josué; MOURÃO, Ludmila. Representações de gênero no voleibol brasileiro: a imagem do teto de vidro. **Movimento**, v.18, n.4, p.219-237, 2012.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadoras a protagonistas - a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, v.5, n.11, p.50-56, 1999.

SALLES, William das Neves; FARIAS, Gelcemar Oliveira; NASCIMENTO, Juarez Vieira do. Inserção profissional e formação continuada de egressos de cursos de graduação em Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.29, n.3, p.475-86, 2015.

SANTOS, Carla Augusta Nogueira Lima; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Mercado de trabalho e perfil profissional: os caminhos da formação e atuação em lazer. **Motricidades**, v.3, n.2, p.116-130, 2019.

SANTOS, Priscila Reis dos; MESQUITA, José Marcos Carvalho de; NEVES, Jorge Tadeu de Ramos; BASTOS, Alessandra Mesquita. Inserção no mercado de trabalho e a empregabilidade de bacharéis em Biblioteconomia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n.21, v.2, p.14-32, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. **The future of the professions**. Oxford, UK: Oxford University, 2015.

TEIXEIRA, Mário; SAMPAIO, Ana; BRAZ, Carlos. Empregabilidade no desporto. Oferta e procura de emprego no ensino público de Educação Física. **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n.35, p.125-138, 2010.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VERENGUER, Rita de Cássia G. Formação inicial em Educação Física e a intervenção profissional no contexto da gestão: comportar-se como um eterno aprendiz. In: NASCIMENTO, Juarez Vieira do; FARIAS, Gelcemar Oliveira (org.). **Construção da identidade profissional em educação física**: da formação à intervenção. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012. p. 633-643

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.).

Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. p. 159-180. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242> Acesso em: 22 dez. 2020

Abstract: This study analyzed the characteristics of Physical Education professionals formally employed in the state of Paraná over a period of 10 years. The data were extracted from the Annual Register of Social Information (RAIS) from 2007 and 2017. The database is disclosed by Brazil's federal government and provides a descriptive analysis of information on age range, gender and payment for different occupations. The results showed that formal employment rates decreased in the 40-49 age group but increased in the 50+ age group. When looking at activity sectors, women were the minority among employed people. Over 60% of with formally employed professionals had lower-paid jobs.

Keywords: Work. Physical Education. Employment. Payment.

Resumen: El objetivo de este trabajo ha sido analizar las características de los profesionales de Educación Física con vínculos formales de empleo en el estado de Paraná considerando un periodo de 10 años. Los datos utilizados fueron extraídos de la base Anual de Informaciones Sociales (RAIS) entre los años 2007 y 2017. Esta base de datos, que pertenece al gobierno federal brasileiro, se utilizó para analizar descriptivamente informaciones sobre el rango de edad, género y remuneración en las diferentes ocupaciones laborales. Los resultados revelaron una disminución de los vínculos formales de empleo en el rango de edad de 40 a 49 años, pero el rango de edad de 50 años o más tuvo un aumento. Al observar los sectores de actuación, se constató que las mujeres eran minoría en los puestos de empleo. Los puestos de actuación menos valorizados en relación a la remuneración representaron más de 60% de los profesionales incorporados formalmente en el mercado de trabajo.

Palabras clave: Trabajo. Educación Física. Empleo. Remuneración.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não há conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Rubiane Giovani Fonseca: Redação, tabulação e análise dos dados;

Jorge Both: Redação, tabulação e análise dos dados.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio do Departamento de Educação Física, Universidade Estadual de Londrina (UEL), PR.

COMO CITAR

FONSECA, Rubiane Giovani; BOTH, Jorge. O mercado de trabalho para o profissional de Educação Física no estado do Paraná – Brasil. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 27, p. e27010, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/102787>. Acesso em: [dia] [mês abreviado]. [ano]. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.102787>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Alex Branco Fraga*, Elisandro Schultz Wittizorecki*, Ivone Job*, Mauro Myskiw*, Raquel da Silveira*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil